

## **CENTÉSIMA QUINTA ATA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA E NONAGÉSIMA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA.**

Aos 14 (catorze) dias do mês de Abril de 2015 (dois mil e quinze) às 20h (vinte) horas, no Plenário da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, situado à Avenida Doutor Victor Maida nº 563 – Centro de Ibitinga-SP, foi iniciada a Nonagésima Sessão Legislativa Ordinária desta Legislatura, sob a presidência do Vereador Windson Pinheiro, Presidente desta Casa de Leis. Estavam presentes à Sessão todos os Senhores Vereadores. A Sessão foi iniciada com a **VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR** que foi aprovada por unanimidade dos votos dos presentes. Em seguida, iniciou-se a leitura dos **RECEBIDOS DO SENHOR PREFEITO**, constando os seguintes PROJETOS: PLO Nº 59/2015, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Aditamento ao Termo de Subvenção celebrado com a Associação de Artes de Ibitinga – “Assari – Escola”. PLO Nº 60/2015, que autoriza o Poder Executivo a conceder Pró-Labore aos policiais militares que realizarem os serviços de policiamento, fiscalização e disciplina das atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. PLC Nº 8/2015, que altera a Lei Complementar nº 002, de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre o zoneamento do município da Estância Turística de Ibitinga, regulamenta o uso do solo e dá outras providências. OFÍCIOS: Nº 124/2015, enviando resposta aos requerimentos de informação nºs 72/2015 e 73/2015, de autoria do Vereador Gumercindo José Rossatto Bernardi. Nº 127/2015, que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 006/2015. Nº 128/2015, que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 022/2015. Na sequência, passou-se para os documentos **RECEBIDOS DOS SENHORES VEREADORES**, constando das seguintes proposituras: PROJETO: PSU Nº 2/2015, que estabelece os critérios para a concessão de denominação de próprio, via e logradouro público. PARECERES: Nº 48/2015 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação favorável ao PLO nº 45/2015, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade de uso de veículos destinados ao transporte de alunos, em razão de tempo de uso. Nº 49/2015 da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade favorável ao PLO Nº 46/2015, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade de uso de veículos destinado ao transporte de alunos, em razão do tempo de uso. REQUERIMENTOS: Nº 105/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações sobre a prática de nepotismo na Prefeitura e na Câmara; Nº 106/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações sobre contratações ilegais e inconstitucionais de servidores públicos para os cargos em comissão de Diretores de Diretoria nas respectivas Secretarias Municipais; Nº 107/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações sobre contrato de trabalho em nome do Sr. Paulo Eduardo da Rocha Pinezzi no emprego de Assessor Jurídico e Assessor da Presidência; Nº 108/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informações sobre a possibilidade de notificar o proprietário do terreno localizado na Rua Ângelo Pinheiro Neto; Nº 109/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informações sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida; Nº 110/2015, de autoria do Vereador Guilherme de Souza Martins, requerendo informações sobre a Praça Júlio F. Silva, no Jardim América; Nº 111/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informações sobre a liberação das casas referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida; Nº 112/2015, de autoria do Vereador Windson Pinheiro, requerendo informações sobre serviços de recapeamento da Rua Marieta Olinda dos Santos Riccardi, Jardim Idalina. INDICAÇÕES: Nº 72/2015, de autoria do Vereador Windson Pinheiro, indicando arborização de todos os canteiros existentes na Rua João Farah, bem como realização de operação tapa buracos na rua em questão; Nº 73/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, indicando que a Mesa Diretora da Câmara se posicione quanto ao caso sobre remuneração indevida do Vereador Dr. Marcel Pinto da Costa enquanto estava de licença. MOÇÕES: Nº 73/2015, de autoria do Vereador Guilherme de Souza Martins, de pesar pelo falecimento de Ailton Franco. Após, iniciou-se os **RECEBIDOS DE DIVERSOS**: constando os seguintes documentos: Convite da Associação Cristã de Prevenção, Recuperação e Reintegração Social “Beth Shalom” – Casa de Paz, para a peça de Teatro Pesadelo, no dia 16 de abril; Ofício nº 004/2015, da Câmara Municipal de Ibitinga, encaminhando o Balancete da Receita e Despesa do mês de março de 2015. Neste momento passou-se para **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MATÉRIA LIDA**: constando das seguintes proposituras: **REQUERIMENTOS**: Nº 105/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações sobre a prática de nepotismo na Prefeitura e na Câmara. O Vereador Valdecir autor da propositura disse que vem há tempos falando sobre os cargos em comissão e nepotismo na Administração Pública. Porém, não sabe por qual motivo, após várias denúncias, o Ministério Público não constatou nepotismo, só que foi aprovado nesta Casa uma Lei a qual proíbe esta prática, e novamente está encaminhando para que as devidas providências sejam tomadas. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 106/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações sobre contratações ilegais e

inconstitucionais de servidores públicos para os cargos em comissão de Diretores de Diretoria nas respectivas Secretarias Municipais. O Vereador Valdecir, autor da propositura, disse que é de conhecimento de todos e que está na Lei nº 1.707, de 27 de julho de 1990, que proíbe a função de direção chefia, e que esse cargo deve ser preenchido somente com funcionários concursados, e não é isso que está acontecendo. Portanto, tudo o que é contra a Lei, deve ser denunciado e que também está sendo levado ao Ministério Público. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 107/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informações sobre contrato de trabalho em nome do Sr. Paulo Eduardo da Rocha Pinezzi no emprego de Assessor Jurídico e Assessor da Presidência. O Vereador Valdecir, autor da propositura, disse que todos sabem que o Sr. Paulo Eduardo da Rocha Pinezi é assessor jurídico da Santa Casa e assessor da presidência, e o vereador questionou se diante de tantas denúncias contra o ex-presidente Dr. Marcel Pinto da Conta, há interesse de conflito e que foi encaminhada toda a documentação ao Tribunal de Contas e que será encaminhado também ao Ministério Público. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 108/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informações sobre a possibilidade de notificar o proprietário do terreno localizado na Rua Ângelo Pinheiro Neto. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 109/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informações sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. O Vereador Leopoldo, autor da propositura, informou que este documento será encaminhado ao gerente geral da Caixa Econômica Federal, pois muitas pessoas que não possuem sua casa própria procuram os vereadores e dizem que os que são contemplados com estas moradias, têm ótimas condições de vida e por fim alugam ou vendem estes imóveis, sendo que não é permitido perante a Lei, só seria possível este tipo de atitude após 10 (dez) anos da contemplação. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 110/2015, de autoria do Vereador Guilherme de Souza Martins, requerendo informações sobre a Praça Júlio F. Silva, no Jardim América. O Vereador Guilherme, autor da propositura, falou que um cidadão ibitinguense, em momento de fúria e vandalismo, quebrou vários da referida praça, e pede para que o Poder Público tome as providências punindo este marginal e que conserte os bancos que foram danificados. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 111/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informações sobre a liberação das casas referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida. O Vereador Leopoldo, autor da propositura, disse que as pessoas contempladas procuram os vereadores questionando do porque não terem recebidos as chaves, sendo que as moradias estão liberadas há muito tempo. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Nº 112/2015, de autoria do Vereador Windson Pinheiro, requerendo informações sobre serviços de recapeamento da Rua Marieta Olinda dos Santos Riccardi, Jardim Idalina. O Vereador Windson, autor da propositura, disse já foi feito o recapeamento do referido bairro e a rua citada não teve a cobertura do asfalto, sendo inclusive motivo de abaixo-assinado. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Neste instante passou-se para a **TRIBUNA LIVRE DOS VEREADORES**. VEREADOR OSIAS – Em primeiro lugar informou que em relação às denúncias apresentadas na semana passada, já está sendo montado um processo de CEI – para averiguar as mesmas, mas que em virtude de novas denúncias estarem sendo feitas o projeto ainda não foi apresentado, e que provavelmente entrará na semana que vem. Em seguida falou sobre dois Projetos que estão tramitando na Casa. Um deles é o de nº 53/2015 – que trata do Pró-Labore aos Policiais Militares. O referido Projeto estava na Comissão de Ocupação do Solo, Obras, Serviços Públicos, Esporte, Cultura, Turismo, Assistência Social, Saúde e Educação, e a referida Comissão apontou dúvidas em relação ao mesmo. Portanto, solicitou que o Presidente da Comissão Vereador Valdecir esclarecesse quais dúvidas foram identificadas em seu teor, visto que o mesmo foi retirado pelo Senhor Prefeito e enviado outro no lugar, solicitando votação do mesmo em regime de urgência especial. Contudo, parece que o projeto novo que chegou apresenta-se com o mesmo conteúdo do anterior. Disse que em sua opinião, não se trata de projeto que necessita de regime de urgência por se tratar de convênio e esses possuem previsão. Já o Regimento Interno estabelece que regime de urgência só se aplica no caso de perda de oportunidade e no caso do Projeto ser retirado e reencaminhado com pedido de urgência especial nota-se uma afronta do Executivo em relação ao Legislativo. Então, o que está sendo discutido sobre o Projeto não é em relação ao mérito e sim a forma como ele está sendo introduzido. O Vereador Leopoldo pediu aparte e falou sobre suas dúvidas em relação a esse projeto. Disse que pegou pareceres dos órgãos de consultoria e convênio anterior, e que em relação à aprovação do Projeto para renovação do convênio está tudo certo, mas que em relação aos pareceres IGAM, que respondeu estar faltando anexo de demonstrativo de impacto orçamentário, porém, esse problema é muito simples de se resolver, pois basta que a Comissão solicite do Executivo o envio de uma cópia do demonstrativo do impacto financeiro e essa lei poderá ser votada na próxima Sessão sem problema algum, mas que fica

complicado de ser votado hoje sem essa cópia anexada ao memo. O Vereador Osias retomou a palavra e disse que forçar o vereador a votá-lo hoje é votar contra a sua regularidade. Segundo informações também foi retirado da Comissão de Constituição e Justiça o Projeto 09/2015 - que altera a lei complementar nº 02/2009 – que dispõe sobre zoneamento do município de Ibitinga. Para vereadores formados em Engenharia talvez seja fácil interpretar o Projeto em questão, mas para ele não é fácil e quem garante que ele não contenha erros assim como existia erros naquele que foi retirado. Então não tem condições de votar projetos que não se pode analisar antes e a forma do tramite como os mesmos são colocados ele é contra sim, não pelo mérito, mas pela forma inadequada, pois no ofício enviado não foi citada nenhuma explicação que justifique o motivo de tanta urgência a ele. Nesse momento passou-se a palavra ao VEREADOR VALDECIR que iniciou sua fala com o assunto Pró-Labore, visto que o Projeto se encontrava parado em sua Comissão e que o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação deu parecer favorável ao mesmo sem fazer levantamento da ficha orçamentária e também diante da Lei de 2006 existia um programa de nº 023 que era da ficha orçamentária e hoje faz parte da Secretaria de Habitação. Entretanto, este Projeto não possui ficha orçamentária, conforme foi constatado pela Comissão de Ocupação do Solo e pela Secretária de Finanças desta Casa. O referido projeto não possui o convênio com relatório contendo o número de Policiais que vão realizar esta fiscalização de trânsito para poder saber qual será o impacto financeiro do município. Se o Prefeito tem certeza de que esse projeto se encontra com legalidade total, que ele o faça através de Decreto sem precisar do aval dos vereadores. Houve manifesto do Plenário e o Presidente da Casa solicitou silêncio para que o vereador pudesse continuar sua fala. O Vereador Valdecir complementou dizendo que trabalha de acordo com o que a Lei exige e não como algumas pessoas acham que deve ser feito e disse ao Senhor Presidente que caso a Casa aprove esse projeto hoje, amanhã mesmo ele entrará com uma ação contra essa lei e caso os Policiais estejam recebendo esse convênio sem que o mesmo esteja dentro das regularidades exigidas ele quer saber quem vai devolver esse dinheiro, se o Prefeito ou os Policiais. Então é necessário tomar cuidado com o que se aprova nesta Casa pois, se trata de dinheiro do povo e não do vereador e nem de Prefeito. Em seguida falou que aqui na Administração existe prática de Nepotismo e que ele já enviou a denúncia ao Ministério Público, Tribunal de Contas e ao Senhor Prefeito e espera que os vereadores tomem as providências cabíveis. Falou também que os Cargos de Diretoria não são permitidos pela Lei 1706 por contrato em Comissão e que todos os cargos da Administração estão preenchidos por funcionários Comissionados. Então, ele também espera uma postura dos vereadores em relação a isso. Falou sobre o Assessor Jurídico do ex Presidente Dr. Paulo Pinezzi que também faz parte do Corpo da Santa Casa e que as denúncias feitas aqui todas vazam para a Santa Casa antes mesmo de serem apresentadas na Sessão, então, os vereadores precisam se manifestar a respeito da legalidade desses cargos e sobre os interesses existentes em relação a isso. Falou que está pagando uma sentença pelo episódio ocorrido com ele no Pronto Socorro Municipal e que houve contestação em relação ao determinado pelo Ministério Público, mas que o Ex- Presidente acabou fazendo igual a ele em relação ao ressarcimento do pagamento pela sua falta em sessão, com o mesmo acordo que foi feito pelo Promotor Público, porém, quando ele fez seu pagamento no fórum lhe foi emitido um recibo e ele questionou o Vereador Marcel sobre o recibo. O Presidente Windson interrompeu dizendo que o Vereador Marcel fez esse pagamento à Prefeitura Municipal. Valdecir então questionou se existe nesta casa esse recibo? O Presidente disse que sim e que ele necessita de solicitá-lo por escrito para obter sua cópia. Passou-se a palavra ao VEREADOR JEAN – parabenizou ao Senhor Prefeito pela preocupação em enviar o Projeto do Pró Labore aos Policiais Militares em virtude do excelente trabalho realizado pela Corporação Comandada pelo Tenente Lúdio em prol de nosso município, e ele acredita que isso só irá abrilhantar ainda mais o trabalho deles. Falou que se a Comissão possui prazo de 90 dias para emitir parecer, como pode o vereador exigir um recibo na hora? Tamanha discrepância entre algumas coisas é falta de se parar para pensar, pois, foi dito que não foi enviado o impacto financeiro referente ao pro labore, portanto, vota-se tantos projetos para entidades nesta casa e ninguém questiona o impacto financeiro, ou seja, mais uma vez dois pesos e duas medidas que fica difícil entender. Surgiu hoje também os nepotismos, que existem muitos mesmo e ele acha que realmente é necessário denunciar, inclusive ele. Disse que se deve ir fazer a denúncia ao Tribunal de Justiça e esperar para ver o que a justiça vai dizer, mas não ficar direcionando só para uma determinada pessoa, que fica difícil, pois dá a impressão que se está tentando prejudicar alguém específico. Outro fato é o de não obter as informações corretas, pois existem coisas que não são corretas e se vamos falar de um vamos falar de todos, inclusive dele próprio, que se for denunciado ele fará aquilo que a justiça estabelecer, pois, a verdade é que está sendo feito um espetáculo para tentar manipular a cabeça dos ouvintes da rádio, onde existe um rei que sabe tudo e somente ele é o certo. Então, já que está tudo errado conforme foi dito pelo vereador antecedente, vamos começar a consertar, denunciar, mas todos, sem exceção de ninguém. Em seguida, parabenizou o Dr. Marcel em virtude de sua atitude quanto à sua representação no Ministério Público,

pois, existe uma diferença entre as duas situações: um esperou ser julgado e o outro não esperou ser julgado. Por essa atitude ele parabenizou o Vereador Marcel, que tomou atitude antes mesmo de ser julgado, mostrando a todos a sua honestidade. Falou que o necessário é trabalhar e não ficar fazendo circo aqui na Câmara, pois se tá irregular vai lá e resolve, trabalhe, abra um decoro. Falou também da atitude do Vereador Guilherme que embora silencioso já conseguiu R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em verbas com Deputados, para o Pronto Socorro Infantil, parabenizando o mesmo pelo trabalho. Disse que não tem Deputado e que esse ano não pretende buscar verbas com Deputados, mas que seu Projeto CECRIB – de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) está andando e que ele nunca parou de trabalhar nele por ser difícil de sair. Falou sobre a batalha do Vereador Marcel em prol da saúde e sua corrida atrás de verbas com Deputados para ajudar a cidade e muitas vezes ele se pergunta será que é verdadeiro o ditado que quem muito fala, pouco faz? Então, ele fica preocupado, pois ele entende que aqui na Câmara é importante discutir políticas públicas, coisas realmente importantes para a população, pois o Prefeito está com várias coisas prestes a ser inaugurada, e muitas vezes só se tem visto pedradas. Será que o motivo de tanto ataque não seria preocupação pelas coisas estarem andando mesmo em meio a tantas dificuldades que o Executivo está passando. Salientou, portanto, que Ibitinga não está incluída no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), conforme se encontram inúmeras Prefeituras que não pagam suas contas em dia. O que ainda não foi pago está prestes a ser acertado e isso o deixa muito feliz. Então é necessário parabenizar os vereadores pelas ações em prol do município e deixar de discutir coisas desnecessárias aqui. E, mais uma vez ele disse aos denunciante que entrem logo com o processo de decoro, vai ao Tribunal de Justiça e faça logo o que precisa ser feito para que se pare com essa perda de tempo com coisas desnecessárias. Parabenizou também o Senhor Prefeito pelas obras e disse que se pode esperar que ainda falta um ano e meio para encerrar essa legislatura e isso ocasiona muito medo a muita gente. Passou-se a palavra ao VEREADOR DR. MARCEL – cumprimentou a todos e agradeceu a presença do ex- vereador Romildo Baiano. Disse que gostaria de iniciar sua fala com coisas relevantes ao Município e pediu que aqueles que costumam interromper sua fala não o façam por questão de educação, visto que ele não interrompeu ninguém durante o show de horrores feito aqui hoje e disse que nunca viu em sua vida tanta bobagem ser dita. Agradeceu também a presença da Polícia Militar e dos demais soldados que fazem a presença do lado de fora. Em primeiro lugar discordou de tudo que foi dito em relação ao Projeto Pró Labore, pois o convênio citado aqui foi assinado em 1998 e demorou até 2006 para ser implantado para que os PM começassem a receber esse benefício como incentivo pelo salário de fome que eles recebem para tomar tiro por defender a população. Esse pró labore iniciou através desse convênio como todos os outros que foram iniciados no município e são renováveis automaticamente até que seja rescindido por uma das partes. Então, o que o Prefeito está fazendo é apenas uma lei solicitando autorização para reajustar esse valor. Questionou qual seria o motivo dessa lei ficar retida em uma comissão por 90 dias? A Prefeitura só pode mexer na dotação orçamentária a mais mediante autorização da Câmara. Então, primeiro sai a autorização da Câmara, depois a Prefeitura solicita o incremento da suplementação da dotação orçamentária, a qual já vem ocorrendo desde 2008 porque vem sendo pago licitamente e auditado pelo Tribunal de contas durante a administração dos Prefeitos Florivaldo e Marcos. Portanto, presume-se que tem dotação orçamentária para os valores atuais, em aprovando a lei que contempla a melhoria do Pro Labore a Polícia Militar, ou o Prefeito suplementa por Decreto ou ele faz através de Lei Suplementar a ser aprovada pela Câmara, para contemplar a autorização do aumento do valor do Pró-Labore. Essa explicação lhe soa como ridículo e pior ainda é saber que o Projeto está parado na Comissão para depois de 90 dias receber parecer contrário e ainda pior é ouvir que o Prefeito deveria aprovar por Decreto, coisa que não pode ser feito. Então ele questionou o porquê de se fazer isso com essa categoria que trabalha arduamente para defender a população em todos os bairros e de onde vem tamanho revanchismo com essa classe, tendo em vista que o município pode ajudar. O Vereador Marcel parabenizou o Prefeito pelo Projeto em função de ajudar esses homens abnegados pela função que exercem. Ele disse que essa categoria pode contar sempre com os vereadores, pois ele lutou muito por ela e já conseguiu trazer junto com a administração, o autocomando de Araraquara, Matão e Ribeirão Preto para trazer para Ibitinga a 5ª CIA e com a ajuda do Capitão Meira isso foi realizado. Então, hoje ele espera que esse projeto seja aprovado com essa pequena melhoria perto de tudo que essa categoria faz e se arrisca em prol dessa cidade e que tudo que lhe for possível ele estará disponível para ajudar. O Vereador Marcel foi interrompido pelo Vereador Leopoldo que não teve seu consentimento de aparte conforme ele havia dito no início de sua fala. O presidente Windson interrompeu e pediu que o Vereador Marcel continuasse sua fala. Ele voltou a falar e disse que contemplando o show de horrores é muito interessante uma pessoa até com um certo grau de instrução tentar confundir as pessoas com acusações, tendo essa pessoa condenações de toda ordem tanto culposa, quanto dolosa entre outras, bem como medidas preventivas e restritivas, certidões positivas com dívidas em todos os cartórios da

cidade e ainda se intitula a ter um assessor que fabricou todas as denúncias de desafetos demitidos da Santa Casa, as quais possuem o mesmo texto e teor, sendo todas pessoas probas, todas demitidas e ou que abandonaram o emprego da Santa Casa, denúncias fabricadas sem o mínimo de pudor, sem mínimas provas aos altos e ainda querem montar uma CEI para investigar as denúncias unilaterais. Por outro lado, o então assessor também com certidões positivas de crimes, inclusive na Justiça Federal. Ele acha muito interessante, como pode pessoas de tão abalizado caráter vir aqui fazer denúncias. Disse que está muito contente pela atitude do senhor Presidente em realizar a leitura comparando transação penal por crime julgado com o entendimento deste vereador que foi orientado sobre a soberania do Plenário e que sendo por ele aprovado sua licença estaria correta, assim o fez. Apenas não foi aprovado por um vereador que estava ausente no dia em virtude de apresentação de atestado médico o qual não contempla na unidade de saúde provinda o qual também será motivo de denúncia. O Vereador Leopoldo interrompeu e pediu que o orador falasse o nome do vereador, sendo advertido mais uma vez pelo Presidente da Casa pelo seu ato de interrupção. O mesmo disse que vai querer a palavra depois, mas o Presidente foi firme em dizer que ele não se inscreveu e não a terá. O Vereador Marcel disse que o vereador Valdecir de Traque, fez acusação e tendo em vista que houve aprovação de todos os vereadores ele se apressou em ressarcir o dinheiro aos cofres públicos visando não prejudicar os companheiros que aprovaram sua licença, pois o motivo nunca foi a remuneração de uma sessão. Então antes de ser julgado e apreciado pelo jurídico, ele entendeu que deveria reembolsar, ligou na Prefeitura, pediu o valor pelo maior índice e pagou diferente de alguns vereadores que vieram denunciar sobre os ingressos da Feira do Bordado, porém, só denunciaram o ano que não receberam, pois no ano anterior quando ele pegou, ele não denunciou. Então, são dois pesos e duas medidas comparar uma situação na qual possui atestado de idoneidade do Ministério Público com uma transação penal onde você é obrigado a pagar por isso e que em cinco anos se houver nova condenação não pode mais fazer esse acordo. Na segunda parte ele parabenizou em primeiro lugar a Loja Maçônica de Ibitinga pela realização da 20ª Chopicana e cumprimentou o Deputado Wanderlei Macris que esteve presente no evento, sendo ele um Deputado que traz infinitos recursos para a nossa cidade e que só na área da saúde já ultrapassou os R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Parabenizou a Loja Maçônica na presença do Senhor Presidente o Dr. Roberto Raineri Simão, também o Senhor Manoel Alves Lopes e o Senhor José Luiz Martineli Aranas. Parabenizou também o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo o Senhor José Renato Nalini que juntamente com o Juiz Dr. Roberto Simão e o Prefeito de Iacanga inauguraram na última sexta-feira o Fórum Distrital de Iacanga que contou com a presença de alguns vereadores e irá aliviar em torno de uns 2 dois mil processos da nossa Comarca. Disse que vai deixar para a semana que vem um questionamento na cabeça da população sobre uma relação que ele possui de 78 ações e que ele irá distribuir na próxima sessão para a população, às suas custas e não da câmara, referentes as coisas que o município está fazendo, das quais ele garante a todos que ele está envolvido em 50% de maneira direta, indireta ou muito presencial. Parabenizou a Prefeitura porque ele andou no final de semana por várias cidades da região e perto de Ibitinga são um total retrocesso. Então diante de tantas acusações feitas a ele e à administração, disse que estamos vivendo em um país que está passando por uma crise brutal, ética, moral, de valores e ele tem aqui o desprazer de compartilhar com alguns vereadores e deixar uma reflexão para a próxima sessão sobre o que cada um vem fazendo de bom por Ibitinga desde janeiro de 2013 até agora e, aliás ele gostaria de fazer uma indicação para que esses vereadores devolvessem o subsídio do período em questão, porque até então só trouxeram indicações vazias e não buscaram nenhuma contribuição para a nossa cidade. Disse que teria vergonha de ser vereador com uma atuação desta, pois só sabe atacar e deixam de lado o progresso da cidade e aquilo que realmente importa seria uma fiscalização real e de fato e em virtude de respeitar o tempo e na semana que vem ele vai tentar continuar por conta das interrupções que lhe fizeram. O Presidente foi interrompido pelo Vereador Leopoldo questionando sobre a concessão de uso da palavra a ele. O Presidente lhe dirigiu a palavra dizendo que o orador que o antecedeu em momento algum mencionou o seu nome, mas que ele iria ceder um aparte de sua fala para que ele pudesse fazer seu manifesto e que em momento algum houve alguma citação referente à pessoa dele e que não ceder aparte é um direito que o vereador possui. Fez questão de deixar claro que todos os requerimentos feitos à mesa até hoje foram todos respondidos e que em relação ao recibo citado pelo vereador Valdecir, basta enviar solicitação por escrito e lhe será fornecido cópia sem problema algum e que todos os requerimentos que foram enviados como denúncias foram acolhidas e estão sendo avaliados e enviados às partes interessadas e aos denunciantes para que juntos se possam tomar os procedimentos que forem necessários, inclusive os de hoje serão respondidos. Com referência aos recursos recebidos inclusive do Governo Estadual demonstra que o Governo tem dado prova suficientes de todos os recursos que Ibitinga já recebeu durante esses dois anos, que Ibitinga vem ganhando e os recursos disponibilizados pelos Governos Estadual e Federal, e disse que inclusive ele também já solicitou recursos ao

Ministério da Pesca, também pediu verba para a Associação Bom Jesus, pediu também a nível de Estado a fim de tentar conseguir uma verba para asfaltar a IBG que liga Ibitinga à Itápolis. Todo trabalho que necessita de esforço e inclusive estão programando uma viagem para Brasília na qual os vereadores Mira e Guilherme se prontificaram a ir também em busca de recursos Federais para Ibitinga. Até o final desse mês ele irá a Assembleia buscar os recursos à Associação Bom Jesus conforme havia dito. Enfim, esta Casa tem tentado fazer um trabalho de interesse público em prol do município e disse que com certeza todos os documentos enviados à Mesa serão encaminhados, despachados e tudo aquilo que for determinado para a Mesa cumprir será cumprido, tendo em vista que faz parte do objetivo dele quando foi eleito a Presidente pretendendo cumprir aquilo que foi prometido. Terminado os expedientes, o Presidente solicitou o intervalo, e o Vereador Igor solicitou a dispensa do mesmo. O Presidente disse que necessita de um intervalo pequeno para verificar algumas dúvidas em um projeto apresentadas pelo vereador Mira. Após o intervalo, passou-se para a **ORDEM DO DIA:** Constou de Requerimentos de Vereadores, requerendo urgência especial e inclusão na Ordem do Dia dos projetos: PLC nº 07/2015, que cria o programa de regularização fundiária no município e dá outras providências. O Requerimento foi aprovado tendo o voto contrário dos vereadores Osias e Valdecir. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Mira. PLC nº 08/2015, que dispõe sobre o zoneamento do município da Estância Turística de Ibitinga, regulamenta o uso do solo e dá outras providências. O Requerimento foi aprovado tendo voto contrário dos vereadores Osias e Valdecir. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Jean. PLO nº 59/2015, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Aditamento ao Termo de Subvenção celebrado com a Associação de Artes de Ibitinga – “ASSARI – Escola”. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Gumercindo. PLO nº 60/2015, que autoriza o Poder Executivo a conceder Pró-Labore aos Policiais Militares que realizarem os serviços de policiamento, fiscalização e disciplina das atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. O Requerimento foi aprovado tendo o voto contrário dos vereadores Osias e Valdecir. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Dr. Marcel. A Sessão foi suspensa para emissão de pareceres. Retornando aos trabalhos foi verificada a presença e apresentados os pareceres das urgências especiais. Constataram da Ordem do Dia os seguintes projetos: PLC nº 07/2015, que cria o programa de regularização fundiária no município e dá outras providências. O projeto recebeu Emenda junto ao parecer favorável do relator especial. O vereador Mira usou da palavra e disse que essas emendas referem-se à correção da redação e que na Legislatura anterior, dois dos vereadores que fazem parte da atual aprovaram a Lei Complementar nº 007 que trata sobre o programa de regularização fundiária, e esse projeto enviado a esta Casa, substituí esta Lei Complementar, só que mais completa, porque ajuda a regularizar propriedades que não possuem seu registro regular no cartório. A emenda foi aprovada por unanimidade dos votos dos presentes. O Vereador Osias usou da palavra para justificar seu voto, pois na inclusão da Ordem do Dia, votou contrário e que continua com a mesma opinião, pois em sua opinião acha desnecessário que o mesmo seja votado em regime de urgência. Porém, na reunião durante o intervalo, o vereador disse que entendeu o teor do projeto, sendo favorável ao mesmo. Em seguida foi votado Projeto, com Emenda, sendo aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Foi solicitada da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a elaboração da Redação Final do PLC Nº 07/2015. PLC nº 08/2015, que dispõe sobre o zoneamento do município da Estância Turística de Ibitinga, regulamenta o uso do solo e dá outras providências. O projeto recebeu Emenda junto ao parecer favorável do relator especial. A emenda foi aprovada por unanimidade dos votos dos presentes. Em seguida foi votado Projeto, com Emenda, sendo aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Foi solicitada da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a elaboração da Redação Final do PLC Nº 08/2015. PLO nº 59/2015, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Aditamento ao Termo de Subvenção celebrado com a Associação de Artes de Ibitinga – “ASSARI – Escola”. O projeto foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO nº 60/2015, que autoriza o Poder Executivo a conceder Pró-Labore aos Policiais Militares que realizarem os serviços de policiamento, fiscalização e disciplina das atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências. O Vereador Osias concorda que os policiais militares necessitam de melhorias em seus salários, pois eles trabalham com viaturas deterioradas, armamento inferior a de bandidos e que é extremamente favorável ao pró-labore, mas como membro do Poder Legislativo, ele tem que exercer o seu papel de vereador e votar de acordo com suas convicções, e que não há necessidade de votar em regime de urgência porque é previsível o prazo de vencimento do convênio. Disse que seu voto é favorável, mas questionará ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas se há legalidade ou não sobre o impacto orçamentário. O Vereador Valdecir apartou e disse que seria mais simples se trouxessem até esta Casa o programa da ficha orçamentária. O Vereador Osias retomou a palavra dizendo que não poderia votar favorável a um projeto que possui dois

pareceres contrários, mas votará a favor e questionará essa legalidade. O projeto foi aprovado tendo o voto contrário do vereador Valdecir. Redação Final ao PLO nº 49/2015, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criada pela Lei Municipal nº 3.931, de 25 de junho de 2014. A Redação Final foi aprovada por unanimidade dos votos dos presentes. PLO nº 46/2015, que autoriza o Poder Executivo a alterar a finalidade de uso de veículos destinados ao transporte de alunos, em razão do tempo de uso. O projeto foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. A Sessão foi suspensa para a elaboração das Redações Finais do PLC nº 07/2015 e PLC nº 08/2015, as quais retornando aos trabalhos as mesmas foram apresentadas pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação votadas e aprovadas por unanimidade dos votos dos presentes. Neste momento passou-se para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL**, Usou da palavra o VEREADOR OSIAS: Falou sobre a questão mencionada pelo Vereador que o antecedeu, solicitando que os vereadores da oposição fizessem uma reflexão sobre a possibilidade de devolver os seus salários em virtude de não se ter feito nada até agora. Então ele fez uma breve leitura sobre a função do vereador que ele buscou na internet no site do Tribunal de Contas: Em 1º lugar Funções dos vereadores: requerimento e indicações, elaborar leis para o município, discutir e elaborar Projetos que serão transformados em Lei, buscando organizar a vida da comunidade. Então, o que se tem feito aqui?. Em 2º lugar Função Fiscalizadora o vereador tem o Poder e o Dever de fiscalizar a administração, cuidando da aplicação dos recursos, a observância do orçamento e também fiscalização através de pedidos de informações. Então, o que se tem feito aqui. Em 3º lugar – Função de Assessoramento ao Executivo – Função aplicada a Parlamentares de apoio e de discussão das Políticas Públicas a ser implantada por Programas Governamentais via PPA- LDO e LOA, incluindo participações da sociedade nas discussões do orçamento, e por último, função julgadora. Então, o que se tem feito aqui?. A duas principais funções do vereador são assessoramento ao Prefeito, votação das Leis de iniciativa dos Vereadores e grande maioria do Prefeito, pois, sem a Câmara o Prefeito não Governa e é por isso que os vereadores estão aqui, que é para o Executivo submeter ao representante do povo se aprova ou não as Leis que ele quer fazer. Então, o vereador que o antecedeu se coloca como o grande, aquele que fez tudo, que cuida da saúde etc, isso tudo é problema dele, pois está fazendo a função que compete ao Executivo e que se tiver que analisar quem deverá devolver dinheiro, então, que se avalie no Poder Legislativo quem está fazendo mais e quem está fazendo menos dentro de seu papel de Legislador, e aí se fará uma grande análise e devolução. Disse que o mesmo confunde situação com oposição, pois, da mesma forma agem os Deputados. Disse que o Poder Legislativo precisa desenvolver a sua função independente do partido. Passou a usar da palavra o VEREADOR VALDECIR: Falou sobre a fala do vereador Jean em relação à sua fala em nepotismo, que ele está fora das denúncias pois foi o 1º a ser denunciado e que sua esposa já se exonerou à tempo, portanto, não teria que ter se manifestado, a não ser que ele tenha algum outro parente que ele ainda não saiba, mas que pretende investigar. Falou ao Senhor Presidente sobre a situação de ter sido mais uma vez agredido em sua vida pessoal e que ele tem sim mais 2 BO na delegacia contra ele e inclusive em um deles o Vereador Marcel colocou 7 funcionários desta Casa para depor sem pedir autorização a eles. Perguntou se o mesmo está obtendo êxito no depoimento desses funcionários? Será que está dentro da ética expor funcionários em situação difícil por simples vingança, perseguição contra ele, pois o vereador não consegue o derrubar no campo político então parte para a sua vida pessoal, sendo que ele até o momento não mexeu com a vida particular de ninguém. Disse que no que depender de suas denúncias ele ainda terá muitos processos e que inclusive sua mãe de 80 anos já foi intimada a depor e pediu que ele continue tentando, pois ele não vai parar, que ele começou puxando o tapete e pretende ir até o fim. Disse para finalizar que quer ver a postura desta casa diante das denúncias feitas por tantas pessoas. VEREADOR MARCEL – Iniciou sua fala dizendo que mais uma noite o Edil que o antecedeu deveria sentir vergonha de ser vereador e de usar a Tribuna. Falou sobre a fala do vereador Osias quando disse ser contrário à forma do trâmite do Projeto, enaltecendo o mérito do PLO – Pró Labore, tendo em vista que esse mesmo vereador já havia dado parecer favorável ao Projeto em sua Comissão, o qual foi retirado da Comissão do Vereador Valdecir porque se encontrava parado e reenviado da mesma forma em regime de urgência. Disse que vai continuar falando que esse vereador era contra e que se dependesse dele o Projeto não teria entrado em regime de urgência hoje. Em seguida falou que toda sua pseudoaula dada aqui hoje, em nada pode impedir que o Vereador atue em oposição ou não. Citou o exemplo do Vereador Gumercindo que é um vereador atuante dentro da sua área, do vereador Mira, que embora sendo da oposição, nunca teve uma postura de oposição, ele age em favor da razão, nunca praticou um ato político emocional para prejudicar Ibitinga, ajuda a Prefeitura e quando necessita de auxílio para a realização de Projetos, ou seja, também atua em sua área. Portanto, para trabalhar em favor do município existem muitas formas de atuar, não tendo necessariamente que buscar recursos, cada um presta sua colaboração de maneira que lhe compete, pois nem todos se vinculam a essa parte política. Disse que todas as denúncias foram forjadas por desafetos da administração demitidos ou que saíram

